

CORREIO NO MUNDO

The Cosmonaut via Wikimedia Commons



Praça se encheu de manifestantes nos 50 anos da ditadura

Argentinos lotam praça de Maio e criticam Milei

Bolívar, Defensa, Reconquista e San Martín —ruas que prestam homenagem a personalidades, locais e passagens da história argentina e que circundam a Casa Rosada se encheram de manifestantes na tarde de terça (24) em recordação aos 50 anos do golpe militar. A praça de Maio, onde mães de desaparecidos durante a ditadura se reuniam para dar voltas na pirâmide em frente à sede do governo, mais uma vez se tornou palco do Dia da Memória. O ato, conhecido pelos argentinos como 24M, sempre costuma reunir manifestantes de diferentes grupos políticos e sociais, mas em 2026 teve um peso histórico ainda maior: a marca de 50 anos do golpe que começou em 24 de março de 1976 e que novamente foi relativizado pelo governo do presidente Javier Milei na terça.

Fotos dos desaparecidos na ditadura

Pais carregavam crianças em seus ombros acompanhando a marcha das Mães e Avós da Praça da Maio. Idosos e estudantes se espremiavam para chegar até a praça, e a multidão fazia coro para canções de Charly García e Mercedes Sosa. Gritos de protesto, como “são 30 mil desaparecidos, todos presentes”, eram comuns. Conforme a manifestação avançava, a avenida de Maio se encheu de pessoas carregando retratos de desaparecidos durante o período ditatorial.

Ministério das Relações Exteriores da Argentina



Milei foi alvo de protestos após relativizar ditadura

Manifestação seguiu após fim do ato

Mesmo após o fim oficial do ato, muitos manifestantes continuavam se dirigindo até a Casa Rosada. Ao passar pela multidão, uma bandeira branca e azul com os rostos dos desaparecidos trouxe um momento de silêncio seguido de palmas e cantos protestando contra os responsáveis pelos crimes.

Rebatendo falas de Milei que questionam o número de desaparecidos, as organizações de direitos humanos ressaltaram que 30 mil pessoas sumiram, exigindo esclarecimentos do governo.

Luta em defesa da memória

Um documento lido durante o ato, assinado pelas Avós e Mães da Praça de Maio e outras entidades de defesa da memória do período, pediu justiça e reafirmou que “a memória é defendida pela luta”. Na calçada, políticos dividiram espaço com intelectuais e artistas argentinos. Às 15h, a avenida de Maio estava cheia de pessoas que se moviam lentamente.

Por Douglas Gavras (Folhapress)

Dinamarca

O Partido Social-Democrata de Mette Frederiksen venceu de forma apertada a eleição parlamentar na Dinamarca, na terça (24). Tão apertada que ainda não está claro se o desempenho será suficiente para manter no cargo a primeira-ministra, uma das figuras mais importantes do atual cenário político europeu.

Moderados

Com 100% das urnas apuradas, a sigla de Frederiksen tinha 21,9% dos votos, o pior resultado do partido de raízes trabalhistas desde 1901. A vitória amarga deixa o futuro de Frederiksen na mão dos Moderados, legenda do ministro de Relações Exteriores, Lars Lokke Rasmussen, que alcançou 7,7% dos votos.

Coalizão

Um dos principais políticos do país, premiê por dois períodos, Rasmussen declarou na véspera que não almeja o cargo, mas que trabalhará pela melhor coalizão de governo. Pelas projeções, o bloco que reúne os partidos de esquerda e centro-esquerda, sociais-democratas incluídos, alcançaram 84 das 179 cadeiras no Parlamento.

Rasmussem em foco

Tampouco o bloco à direita, com 77 cadeiras, chegou perto da maioria (90). Em qualquer caso, as 14 cadeiras previstas para os Moderados tornam Rasmussen peça fundamental em negociações de coalizão. “Tudo vai depender dos resultados finais e das negociações”, afirma Lykke Friis, diretora do think tank dinamarquês Europa, à reportagem.

Não seria novidade

“É ele quem ditará o ritmo agora. Ainda acho que Frederiksen continuará apoiando a primeira-ministra, mas sem dúvida ela estará enfraquecida no cargo”, disse Lykke Friis à reportagem. “Não será um problema para ela compor com os Moderados, já fez isso em 2022”, afirmou a cientista política.

Contra o tempo

Para Friis, Frederiksen ter chamado eleições após um pico de popularidade pelas ameaças de Trump sobre a Groenlândia não foi um movimento especulativo. “Ela teria que fazê-lo até outubro e sabe-se lá o que poderia acontecer nesse meio tempo.”

Por José Henrique Mariante (Folhapress)



Michelle Bachelet era apoiada por Boric e pelo presidente Lula

Chile retira apoio para que Bachelet lidere a ONU

Ultradireitista, Kast diz que não vai recomendar outros nomes

Por Douglas Gavras (Folhapress)

O governo do Chile, agora sob comando do ultradireitista José Antonio Kast, anunciou que decidiu retirar seu apoio à candidatura da ex-presidente chilena Michelle Bachelet para secretária-geral das Nações Unidas.

A candidatura era conjunta do Brasil e do México e estava sendo impulsionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo antecessor de Kast, o esquerdista Gabriel Boric.

“Concluimos que o contexto desta eleição, a fragmentação das candidaturas de países latino-americanos e nossas divergências com alguns dos principais atores que moldam este processo tornam esta candidatura e seu potencial sucesso inviáveis”, diz nota da Presidência chilena.

“Juntamente com a retirada do apoio do Chile, o Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas que nos representam no exterior cessarão a participação nos esforços de promoção desta candidatura”, segue o texto do governo Kast, que teve início em 11 de março.

Entretanto, o governo do ultradireitista afirmou que, considerando o histórico de Bachelet, e caso ela decida prosseguir com sua candidatura, o país se absterá de apoiar outro candidato.

Em fevereiro, o presidente Lula manifestou apoio à candidatura da ex-presidente chilena, reforçando que o órgão vive um momento de fragilidade quanto ao papel de mediação de conflitos internacionais desde a criação do Conselho de Paz de Donald Trump.

“Em oito décadas de história, é hora de a organização finalmente ser comandada por uma mulher”, escreveu em rede social.

“A nomeação de Michelle Bachelet representa uma oportunidade para oferecer à ONU uma liderança com experiência comprovada, legitimidade internacional e vocação para o serviço público”, disse o texto de fevereiro, em que Chile, Brasil e México apresentaram formalmente às Nações Unidas a candidatura dela.

Eleita para comandar o Chile em duas ocasiões (2006-2010 e 2014-2018), ela foi a primeira mulher a ocupar a Presidência, em uma coalizão de esquerda, rival dos partidos que apoiam Kast. Também atuou como ministra da Saúde e da Defesa do país.

Pediatra de 74 anos, ela assumiu em 2018 o cargo de Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, sendo a sétima pessoa a ocupar essa função, até 2022.

Em seu discurso na Assembleia-Geral do ano passado, Boric lembrou que, em 80 anos de história, nenhuma mulher ocupou o posto. “O Chile quer contribuir ativamente para esse esforço coletivo.”

“Michelle Bachelet governou, negociou, solucionou e ouviu. Sua trajetória de vida combina empatia com firmeza, experiência com abertura e todas essas características com a capacidade executiva de decidir”, continuou o chileno.

Até o final do ano, a ONU precisará escolher um novo secretário-geral para substituir o português António Guterres, e a seleção precisa passar pelo Conselho de Segurança, onde cinco países têm poder de veto.